



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**Projeto Ministério Público pela Educação - MPEduc**  
**Escolas da Região Metropolitana VI (localizadas na Zona Oeste)**

No dia 29 de junho de 2015, às 14h, estavam presentes no CIEP 321 – Dr. Ulysses Guimarães, localizado na Rua da Reverência, 375, Curicica, Rio de Janeiro-RJ, o Ministério Público Federal, representado pelos Procuradores da República Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro e Dr. Sérgio Luiz Pinel Dias, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, representado pelos Promotores de Justiça Dra Bianca Mota, Dr. Renato Luiz da Silva Moreira e Dr. Rogério Pacheco Alves, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, representada pela Superintendente Regional Administrativa Sra. Inês Silva, pela Superintendente Regional Pedagógica Sra. Carla Bertânia Conceição de Souza, pelo Superintendente de Administração de Pessoas Sr. Rogério Reveles e pela Superintendente de Gestão de Ensino Sra. Ana Valéria Dantas, para realização da audiência pública com o objetivo de identificar as variantes responsáveis pelos baixos índices apontados (IDEB), bem como ouvir os órgãos da Administração Pública, a comunidade e as instituições locais sobre as demandas na área, de modo a orientar a atuação do Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Projeto Ministério Público pela Educação – Escola com Participação.

Estavam presentes, ainda, professores, diretores, alunos, representantes do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, representantes de Associação de Moradores e servidores da Secretaria Estadual de Educação.

A audiência pública teve início com a apresentação dos integrantes da mesa e com os esclarecimentos prestados pelo Exmo. Procurador da República, Dr. Sérgio Pinel acerca da finalidade da audiência pública, destacando que o Projeto MPEduc no município do Rio de Janeiro está em fase de diagnóstico, sendo atualmente implantado na área abrangida pela Região Metropolitana VI, especificamente nas escolas localizadas na Zona Oeste.

Em seguida, Dr. Sérgio prestou informações sobre as recomendações expedidas pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

do Rio de Janeiro à Secretaria de Educação do Estado, enumerando o objeto de cada uma delas: Recomendação nº 18/2015 – inexistência de bibliotecas nas unidades escolares; Recomendação nº 20/2015 – afixação de cartaz para a divulgação dos recursos recebidos pelas Unidades Executoras Próprias; Recomendação nº 21/2015 – inexistência de computadores em número suficiente e em funcionamento; Recomendação nº 22/2015 – regularização da constituição das Unidades Executoras Próprias; Recomendação nº 23/2015 – depósito de lixo nas proximidades das escolas; Recomendação nº 24/2015 - inexistência de conexão à internet; Recomendação nº 25/2015 – plano de escape nas escolas; Recomendação nº 26/2015: elaboração de regimento interno; Recomendação nº 27/2015 – necessidade de manutenção e reformas na estrutura física das escolas.

Passada a palavra para a Sra. Inês Silva, Superintendente Regional Administrativa, foi informado que, acerca da afixação de cartazes em local de fácil acesso com o demonstrativo dos gastos, houve cobrança junto às unidades de ensino sobre a necessidade do cumprimento de tal exigência. Em relação a remoção de depósito de lixo, esclareceu que foram tomadas providências nesse sentido, inclusive em relação às escolas compartilhadas, havendo atuação em conjunto com o município para evitar o acúmulo do lixo nas proximidades das escolas.

Pela Sra. Iara Gomes, Coordenadora da Gestão Imobiliária da SEEDUC, restou esclarecido que a elaboração dos planos de escape dependem da planta das escolas, o que vem sendo providenciado. Informou que, em relação às unidades listadas na Recomendação nº 27/2015, apenas 04 (quatro) pertencem ao Estado e as demais unidades pertencem ao Município. Acrescentou que a reforma das escolas compartilhadas deverão ser atendidas pelo Município, que é titular do imóvel. Em relação aos prédios do Estado, informou que dois imóveis são alugados. Informou, ainda, que foi iniciada obra na Escola Stella Matutina, além de enumerar algumas intervenções realizadas nas 04 (quatro) unidades que integram o Estado.

Em seguida, Dr Sérgio Pinel indagou sobre o quantitativo de plantas existentes, necessárias para a elaboração do plano de evacuação. Em resposta, a Sra Iara esclareceu que deve haver em torno de 30 (trinta) plantas, ressaltando que a última grande intervenção ocorreu na década de 80, com o projeto CIEP.

Dra Maria Cristina Manella destacou que a inexistência das



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

plantas das escolas interfere na deficiência do registro dos imóveis, além de prejudicar a implementação de alguns programas do FNDE, que dependem do devido registro. Nesse sentido, a Sra. Iara informou que foi contratada a empresa NIP S/A pela Subsecretaria de Patrimônio do Estado.

Posteriormente, Dr. Sérgio Pinel informou que não tem constatado a existência de cartazes nas escolas com demonstrativos de gastos. Nesse momento, a Dra. Cristina questionou sobre a existência de fiscalização e fornecimento de modelos dos cartazes para as escolas. Em resposta, a Sra. Inês esclareceu que existe quadro nas unidades escolares onde a direção precisa afixar os cartazes, acrescentando que tem sido realizada cobrança nas unidades que não tem apresentado os demonstrativos.

A Assessora Jurídica da SEEDUC Sra. Gabriela Fernandes informou que existe a Resolução SEEDUC nº 4852, de 20 de dezembro de 2012, que obriga a afixação dos cartazes e que o não cumprimento pode ensejar sindicância para apurar eventual responsabilidade.

Dra. Maria Cristina ressaltou a importância da publicidade das informações para fácil acesso pela comunidade escolar.

Alguns alunos presentes questionaram sobre a interrupção da atividade desenvolvida pela escola denominada “Show de talentos”, além da não promoção de festividades na escola, cursos de dança, dentre outras atividades. Em resposta, o Diretor Pedagógico esclareceu que não haveria nenhum impedimento legal, ressaltando que as atividades propostas são bastante pertinentes, comprometendo-se a conversar sobre o assunto com diretora da escola.

O aluno Schneider informou que o “Show de talentos” teria sido cancelado porque não contava com a devida organização. Sugeriu uma melhor organização do evento. Respondendo ao questionamento, a Superintendente Regional Pedagógica Sra. Carla Bertânia destacou que a iniciativa do “Show de talentos” foi da escola e não da Secretaria de Educação, sugerindo que o aluno se reunisse com outros alunos e com a escola para que pudessem prestar os devidos esclarecimentos.

Dra. Bianca Mota questionou sobre a existência de assembleia de estudantes e/ou outros momentos coletivos para que os estudantes pudessem expor suas



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

necessidades, destacando a importância desse diálogo com os alunos.

Nesse sentido, a Diretora Abadia Rodrigues esclareceu que o “Festival de talentos” não foi interrompido, mas houve intervenção na forma em que era apresentado. Informou, ainda, que no segundo semestre ocorre a “Semana de arte”. Em relação à biblioteca, esclareceu que os agentes de leitura tem desenvolvido trabalhos na unidade escolar.

O Professor de Sociologia Cláudio Lacerda informou que a necessidade de canais de comunicação transcende a unidade escolar, acrescentando que os espaços para discussão são limitados e que os alunos têm questões para serem colocadas, mas se sentem intimidados. Ressaltou que a escola vai mudar a partir dos alunos, portanto, devem ter clareza de seu papel na transformação da escola, além de contar com tempo e espaço para discussão, que deve estar presente dentro da escola.

Promotor Dr. Rogério Pacheco informou que pode ser retomada pela Secretaria de Educação a questão sobre a necessidade de eleição da diretoria.

Superintendente de Gestão de Ensino Sra. Ana Valéria Dantas esclareceu sobre ausência de regimento interno em quase 50% da rede, ressaltando que o regimento atualmente existente está defasado. Informou que as áreas internas estão contribuindo para apresentação de minuta de novo regimento e que além desse regimento geral, toda a escola tem orientação para fazer seu próprio regimento, construindo suas próprias regras pois toda escola é única, apresentando particularidades e por isso teria maiores condições de fazer regras próprias de convivência. A Superintendente prevê que no início do segundo semestre, o regimento deverá ser publicado. Destacou que somente o regimento não será suficiente para resolver os problemas, reforçando a importância do diálogo. Nesse sentido, Dr. Sérgio questionou se a Secretaria tem fomentado as escolas para que produzam seu regimento. Em resposta, Ana Valéria esclareceu que a escola é fomentada e o tema é colocado em discussão na semana pedagógica.

Dra Maria Cristina perguntou aos alunos se tinham ciência do regimento interno e os estudantes respondem que não tinham conhecimento.

O Promotor de Justiça Dr. Renato Luiz colocou que o regimento elaborado pela SEEDUC deveria ter sido submetido a discussão na comunidade, devendo



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

estar claro o que deve ou não deve ser feito pelos alunos. Nesse sentido, Ana Valéria informou sobre a existência do manual de cidadania, mas reconheceu a necessidade da melhoria das relações.

Dr Sérgio Pinel destacou que poucos alunos conhecem a existência de regimento interno, devendo a Secretaria ter seu modelo, além de fomentar o debate dentro da própria escola.

Diretora Adjunta Andrea informou que é afixado nas salas de aula o denominado Código de Ética, mas reconheceu que há dificuldade de sair do papel. Acrescentou que os problemas são expostos em reuniões com pais, mas existe dificuldade em razão do número de alunos. Informou, ainda, que a partir da gestão da atual diretora, tem sido apresentado em *PowerPoint* o regimento. Também foi dado conhecimento aos pais, com entrega do código na matrícula, além de ter sido esclarecido para os alunos em sala de aula. Informou que o referido código enumera 17 (dezesete) itens sobre conduta.

Aluno Cristian questionou sobre a redução de verba que ocasionou a falta de merenda para alguns alunos, além da precariedade dos funcionários da limpeza. Acrescentou sobre a precariedade no funcionamento do ar-condicionado, retirada de câmeras e falta de disponibilidade de materiais, inclusive livros didáticos.

Também foi apresentado, por escrito, o questionamento do aluno Fernando Gonzalez acerca da existência de problemas financeiros na escola.

Dr Sérgio Pinel sugeriu a instauração de uma comissão de alunos para expor os problemas relatados pelo aluno.

Diretora Abadia esclareceu sobre ar-condicionado, informando que a manutenção é feita por empresa terceirizada e que os consertos são realizados periodicamente, mas nem todos os defeitos dependem da empresa. Sobre as verbas para merenda e para manutenção, informou que essas orientações são apresentadas em reuniões e tem recebido orientação da SEEDUC para expor mais claramente informações sobre as prestações de contas. Informou que a alimentação deve ser servida de acordo com o estabelecido por equipe de nutricionistas e que não houve redução de verba, mas foi preciso reorganizar o pagamento. Sobre a falta de comida no jantar, destacou que as merendeiras foram orientadas sobre o cuidado com as repetições e desperdício de alimentos. Em relação



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

à retirada de circuito interno de TV, informou que houve necessidade de redução de gastos excessivos e, portanto, ocorreu a retirada de câmeras nos locais onde não havia necessidade de mantê-las. No que tange à carência de pessoal, destacou o envelhecimento dos servidores, acrescentando que a equipe de limpeza é formada por 14 (quatorze) pessoas e que algumas foram afastadas por motivo de saúde e outras readaptadas e, portanto, não podem mais fazer limpeza, apenas serviços leves.

Professora Rosane Miccolis, Presidente do Instituto Aldo Miccolis, solicitou apoio do Ministério Público para efetiva inclusão das pessoas com deficiência nas escolas. Nesse ponto, Dr Sérgio informou sobre a existência de recomendação expedida pelo Ministério Público que trata especificamente da inclusão das pessoas com deficiência.

Superintendente de Administração de Pessoas Sr. Rogério Reveles falou sobre a carência de professores, principalmente de português e matemática, salientando que foi expedido decreto autorizando contratação temporária de 4 (quatro) professores de português e 9 (nove) de matemática. Em relação às disciplinas de filosofia, física e química, esclareceu que há professores aprovados, que estavam na fase de perícia médica, o que não estaria a cargo da SEEDUC. Ressaltou, ainda, que o Estado não consegue absorver o número suficiente de professores, em razão do considerável número de professores que deixam seus cargos.

Dr Sérgio Pinel questionou sobre o que poderia ser feito para agilizar perícia médica. Em resposta, Rogério Reveles esclareceu que o Corpo de Bombeiros e Hospital Carlos Chagas estavam sendo contatados para realizar a perícia admissional. Comprometeu-se a relatar tais problemas por escrito para que o Ministério Público possa intermediar a solução para a questão da perícia admissional.

Professor Paulo, que leciona em escola no Humaitá expôs sobre a possibilidade de habilitação de professor em outra disciplina como forma de reduzir a carência de professores.

Sr Délio, representante do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, destacou a falta de participação da sociedade e parabenizou a mesa sobre a atuação e parceria. Esclareceu que o CAE tem realizado visita nas escolas e os relatórios elaborados são entregues à SEEDUC, informando, ainda, que não tem sido verificado cardápio de



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

merendas nem cartazes de prestação de contas expostos nas escolas. Abordou sobre a dificuldade de locomoção e alimentação dos conselheiros, destacando, por fim, que o Conselho precisa de formação e orientação, além de cursos de aperfeiçoamento.

Rafael Ortiz mencionou que não houve divulgação sobre a realização da audiência pública à ALERJ. Em relação ao plano de escape, destacou a necessidade da parceria para a elaboração das plantas. Em relação às perícias, informou que nos municípios existem polos de saúde e, portanto, a perícia deveria ocorrer em local mais próximo à residência do professor aprovado no concurso, para facilitar a locomoção. Abordou, ainda, sobre a necessidade de discussão ampla para colocação do governo do Estado com respostas mais objetivas, inclusive com a participação de alunos e diretores das escolas.

Aluna Júlia manifestou-se sobre problemas gerais do CIEP Ulysses Guimarães, dentre eles a existência de goteira na sala de aula nº 17, além de deficiência na limpeza, distribuição irregular de merendas, problemas na fiação elétrica, deficiência na segurança e presença de dependentes químicos. Ressaltou que o Código de Conduta não tem sido passado pela direção e demais funcionários da escola. Outros alunos abordam a questão da merenda e da limpeza, inclusive do ar-condicionado, que tem afetado aos alunos com alergia e outras doenças respiratórias. Ainda sobre a precariedade da limpeza, ressaltaram que tem sido verificado apenas um funcionário trabalhando. Por fim, os alunos parabenizaram a atuação dos professores.

Dr Sérgio Pinel informou sobre a questão da visitação que ocorre nas escolas realizadas pelo Ministério Público Federal e Estadual, ressaltando que as colocações expostas pelos alunos vão ser acompanhadas pelo Ministério Público, havendo, se necessário, a atuação incisiva da SEEDUC. Abordou, ainda, sobre a gestão democrática e a possibilidade de a comunidade escolar eleger o diretor da escola.

Dra Maria Cristina ressaltou que a diretoria deve responder os questionamentos feito pelos alunos em relação aos problemas abordados. Nesse sentido, a diretora da escola se comprometeu a responder por escrito

Professor Euclides da Escola Golda Meir informou que não tem sido afixado o demonstrativo dos gastos. Informou, ainda, que foi realizado registro no site da Secretaria sobre os desvios de condutas pedagógicas e administrativos, porém, não



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

obteve resposta. Acrescentou que há sala de informática sem funcionamento e que a diretora havia informado que os computadores fornecidos pelo FNDE não estariam aptos para atender as necessidades. Questionou sobre a forma de escolha dos diretores das escolas, informando que tem conhecimento de que há gestor que acertou apenas 25% da prova, fez curso de capacitação e atua como diretor, mas não sabe lidar com professores e alunos. Além disso, destacou que estão há dois anos sem atividade extra, o que ocorreu após a entrada na atual diretora na escola. Relatou que funcionários e professores tem solicitado transferência e aposentadoria. Ressaltou, por fim, que os professores têm compromisso e que a escola tem boa avaliação na prova externa – SAERJ.

Em seguida, a Dra Bianca Mota manifestou-se fazendo um registro sobre a ausência de crítica por parte dos alunos em relação ao trabalho dos professores. No que tange à fala do Professor Euclides, destacou que era patente que o problema estava ligado à falta de eleição de diretores nas escolas. Ressaltou que a meta 19 do Plano Nacional de Educação indica que a direção tem que ser eleita pela comunidade escolar, devendo ser retomada a possibilidade de a rede estadual ter eleição para diretor. Abordou, ainda, sobre a necessidade de novo plano estadual vir de acordo com o plano nacional no que diz respeito a escolha da direção das escolas.

Com a palavra, a Superintendente Regional Pedagógica Sra. Carla Bertânia falou sobre gestão democrática, enfatizando que a SEEDUC utiliza meritocracia para eleição dos seus representantes, dando o seu próprio exemplo de trajetória. Considerou que a meritocracia valoriza o servidor. Informou que a gestão democrática teve início no Rio de Janeiro em 2011, ocasião em que estava em 26º lugar no ranking e hoje encontram-se na 5ª posição. Informou sobre a formação dos professores que ministram aulas de reforço escolar, além de destacar a participação dos alunos na audiência pública, os quais representam exemplo de liderança. Ressaltou a necessidade de fazer plano de ação, esclarecendo sobre a existência de canais de diálogo através do site, com prazo de 48 h para resposta. Destacou que os problemas existem e que a Secretaria de Educação está disponível para ouvir, além de promover mutirão para atender as necessidades. Informou sobre a existência de planilha de centro de custos alimentada no site, contendo informação sobre gastos por escola e por aluno, que consiste numa ferramenta de coleta de dados para verificar o que deve ser melhorado. Em relação às bibliotecas, ressaltou a dificuldade de espaço, inclusive com o compartilhamento de escolas. Informou sobre a existência do “Salão do livro” para que professores e alunos realizem escolha dos títulos dos livros a partir de evento realizado pelas editoras, destacando que o acervo da SEEDUC é um dos



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

maiores. Em relação ao PROINFO, esclarece que 65 (sessenta e cinco) escolas foram contempladas e 14 (quatorze) restantes não tem infraestrutura adequada. Informou que o PROINFO tem suporte técnico em funcionamento através de um atendimento telefônico (0800). Acrescentou que há escolas que dispõem de computadores do PROINFO obsoletos, mas que o FNDE realiza a troca. Por fim, esclareceu que a Escola Golda Meir tem problema de link.

Alguns alunos presentes manifestam-se no sentido de que a visita a ser realizada na escola deve ser surpresa.

Sr. Ramatis Viana, Diretor de TI, ressaltou que existem dois links de internet sendo um do PROINFO e outro link administrativo, esclarecendo que a maior carência é do link educacional. Abordou sobre a existência de máquinas obsoletas e a demora do PROINFO de providenciar a troca de máquinas, informando que não adianta comprar peças, pois os computadores estão defasados.

Em seguida, o Dr Sérgio esclareceu que a deficiência administrativa às vezes depende de outro órgão. Nesse sentido, o Diretor de TI comprometeu-se a prestar informações por escrito.

Professor de Sociologia Cláudio Lacerda também se manifestou sobre a meritocracia, colocando sua trajetória como exemplo, acrescentando que teve início com o programa Qualidade Total na Educação no governo Marcelo Alencar. Destacou que a conversa sobre educação na SEEDUC não tem interlocutor e que as questões administrativas passaram a ser o fim, enquanto o pedagógico ficou enfraquecido. Destacou, ainda, a existência de dois problemas: 1) redução da carga horária mas com o mesmo planejamento, inviabilizando disciplina; 2) deficiência no horário de planejamento.

Professor Heron Barbosa, representante do CAE, destacou a necessidade da participação da escola na audiência, entendendo que as atividades escolares deveriam ter sido suspensas para promover a participação dos alunos. Informou sobre o deficit de conselheiros, o que dificulta o atendimento das diligências. Informou que alunos tem realizado denúncia ao CAE. Considerou que a direção da escola deve entrar em contato com a EMOP para realizar a intervenção necessária. Informou sobre a conclusão do regimento interno do CAE e que atualmente passou a existir um novo modelo de conselho. Considerou, por fim, que o plano estadual de educação também pode abordar a questão da



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

meritocracia

Professora de Sociologia Luciana Vilela abordou sobre os problemas de redução da carga horária e superlotação das salas de aula, o que tem interferido na qualidade do trabalho e na questão pedagógica. Por fim, sugeriu que seja fomentada a redução do número de alunos nas salas de aula.

Em resposta, manifestou-se a Superintendente Regional Pedagógica Sra. Carla Bertânia esclarecendo que a redução do número de alunos nas salas de aula é uma meta, ressaltando a necessidade de construção de novas escolas. Informou que existe um planejamento do Secretário e do Governador nesse sentido. Em relação ao currículo dos professores de sociologia, esclareceu que as escolas passaram a contar com dois tempos de aula, acrescentando que a reestruturação curricular esta ocorrendo, mas demanda certo tempo.

Em seguida, o Superintendente de Administração de Pessoas Sr. Rogério Reveles esclareceu que estão sendo adotadas providências em relação ao tempo de planejamento, inclusive com a participação da área jurídica.

Complementando as informações anteriormente prestadas, a Professora Luciana Vilela destacou que a realidade do CIEP estaria num nível bastante acima quando comparado com as demais unidades escolares.

A representante do Sindicato Sra. Doroteia destacou a participação dos alunos e a importância de visitas às escolas. Informou que no CIEP Ulysses Guimarães existe turma de ENEM aos sábados e sobre a questão que abrange a deficiência dos profissionais, inclusive da limpeza, ressaltou que o problema tem sido levado para as reuniões com o Governador. Destacou a necessidade de construção de escolas. Abordou, ainda, que a solução para o problema da evasão não depende apenas da direção, acrescentando que são realizadas reuniões com pais e em alguns casos o problema é levado ao Conselho Tutelar. Destacou que alunos com necessidades especiais precisam de profissionais para realizarem o devido acompanhamento de forma diferenciada. Ressaltou que os professores que não tem recebido em dia procuram sair de suas atividades. Destacou, ainda, a atuação do Sindicato junto ao Governador, acrescentando que o CIEP Ulysses Guimarães tem boa colocação no ENEM e que é uma escola bastante procurada, além de ressaltar o empenho dos profissionais. Comprometeu-se a colocar o exposto por escrito e



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Rio de Janeiro**

encaminhar para o Ministério Público.

Professora e orientadora educacional do CIEP Ulysses Guimarães Sra. Andrea Rodrigues esclareceu sobre a importância do cidadão ser crítico, informando que são promovidas várias reuniões com os alunos e que os assuntos abordados pelos estudantes na audiência pública também poderiam ter sido tratados nessas reuniões. Ressaltou a atuação dos profissionais da unidade escolar, esclarecendo que são feitas reuniões bimestrais com os pais, acrescentando que cerca de 2.000 pais tem comparecido às reuniões realizadas pela escola.

O aluno Vinícius, que desempenha função de visitador de turma, representante do conselho escolar, além de auxiliar nas atividades do grêmio, abordou a questão da merenda, destacando que às vezes o aluno da noite fica sem a refeição, pois o aluno da tarde consumiu a merenda destinada ao aluno da noite. Ressaltou a falta de respeito de alguns alunos, além de elogiar a merenda fornecida pela escola.

Zilda Maria, funcionária do CIEP Ulysses Guimarães, também abordou sobre a questão da merenda, informando que é realizado acompanhamento diário do refeitório.

Diretora Regional Administrativa da Metro VI Sra. Aline Medeiros informou sobre a possibilidade de abertura de procedimento de sindicância em relação às escolas que não estão expondo os cartazes acerca dos gastos.

O aluno João Carlos manifestou-se informando que nunca teve negada a merenda.

Dra Maria Cristina indagou sobre a forma como os alunos tiveram conhecimento da audiência pública. Nesse momento, os alunos se manifestaram informando que não constataram a existência de cartaz informativo sobre o evento. Já a Diretora Regional Administrativa Aline Medeiros esclareceu que o cartaz estava exposto em local visível e que inclusive havia sido feito registro pelos Promotores de Justiça antes do início da audiência.

Dr Sérgio Pinel realizou as últimas considerações, agradeceu a participação e a presença de todos, encerrando a audiência pública às 18:27.



**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Rio de Janeiro**